

ENTREVISTA COM ADALBERTO CARDOSO

INTERVIEW WITH ADALBERTO CARDOSO

Cecilia Soares*

Alexander Englander**

Bruna da Penha***

Thiago Brandão****

Esta entrevista com Adalberto Cardoso, professor titular do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IESP/UERJ, é um dos resultados do projeto **Trajelórias**. Pensado e desenvolvido desde o início de 2024, o projeto tem como intuito um diálogo com percursos e obras do mundo do trabalho. Com o objetivo de debater a trajetória acadêmico-pessoal do professor, bem como os principais eixos de sua obra, foram realizadas entrevistas semiestruturadas em três ocasiões: 20 de fevereiro de 2024, 3 de maio de 2024 e 29 de janeiro de 2025. O material completo dessas entrevistas será publicado posteriormente em um livro, que também apresentará um balanço dos principais temas da obra de Cardoso: sindicatos, justiça do trabalho, mercado de trabalho, informalidade, classes médias, entre outros.

Neste artigo, foram reunidas perguntas sobre a formação do professor como profissional e pesquisador da área de Ciências Sociais, desde a sua escolha pelo curso, até o período atual,

* Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora no Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho (NUPET), do Programa de Pós-graduação em Sociologia do IESP/UERJ. E-mail: ceciliaebsoares@gmail.com.

** Pós-doutorando em sociologia no INCT – Trabalho, Inclusão e Equidade (IESP/UERJ). Pesquisador no Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho (NUPET) do Programa de Pós-graduação em Sociologia do IESP/UERJ, no Grupo de Pesquisa Democracia e Teoria (GPDET/UFRJ) e no Núcleo de Estudos Regionais (NERE) da Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: alexcoueng@gmail.com.

*** Professora adjunta da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana e do Programa de Pós-Graduação em Direito, ambos da UERJ. Pesquisadora no Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho (NUPET), do Programa de Pós-graduação em Sociologia do IESP/UERJ. Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ). E-mail: brunapmcoelho@gmail.com.

**** Pesquisador no Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho (NUPET), do Programa de Pós-graduação em Sociologia do IESP/UERJ. E-mail: thiagobrandaooperes@gmail.com.

passando pelos anos no Cebrap, a relação com temáticas-chave de suas pesquisas, e a atuação como professor de pós-graduação, no antigo IUPERJ e, atualmente, no IESP/UERJ. Além disso, discutiram-se as mudanças nas condições de trabalho dos cientistas sociais, ao longo das últimas décadas, e aspectos da internacionalização da carreira do entrevistado.

Pergunta: Gostaríamos de começar com uma reflexão sobre o entrecruzamento da sua trajetória familiar e profissional. Você foi de Uberlândia para São Paulo; da USP para o Cebrap; da sociologia para as artes plásticas, passando e, inclusive, quase ficando no teatro; e de volta para a sociologia. Enfim, você foi também de São Paulo para o Rio de Janeiro. Gostaríamos de explorar alguns pontos desse seu percurso. Qual foi o papel de professoras e professores na sua formação e nas suas escolhas acadêmico-profissionais? Você poderia citar algumas das suas principais referências intelectuais nessa jornada, além das contribuições que você extraiu do contato com essas pessoas?

Adalberto Cardoso: Queria, antes, começar por agradecer essa iniciativa que vocês tiveram, que me deixou muito tocado. Foi muito generoso da parte de vocês. Eu vou começar por Uberlândia. Não pela minha família, meu nascimento, essas coisas; eu vou direto falar da pessoa que eu considero um ponto de inflexão na minha adolescência. Foi uma professora de português que eu tive no Colégio Polivalente. A dona Maura de Freitas Rocha, que, hoje, é professora titular de linguística na Universidade Federal de Uberlândia, teve um papel fundamental na minha formação, e de uma turma de colegas que ela meio que adotou. Tentamos fazer trabalho de base em escolas da periferia de Uberlândia e coisas desse tipo. Por meio dela, cheguei à imprensa alternativa e nanica, lá no período da ditadura. Eu devo à Maura, sem dúvida, a eleição das ciências sociais. Foi uma escolha muito consciente. A Maura dizia: “Você vai sair de Uberlândia? Você tem que ir para São Paulo. Se você puder, vai para Nova Iorque. Você tem que ir para o melhor lugar. A melhor universidade e a cidade mais difícil, mais importante do país”. E eu fui para São Paulo em 1978, para fazer três meses de cursinho Equipe. Foi um lugar de grande ebulição para mim.

Entrei na USP em 1979. Tirei nove na redação. Entrei lá nas cabeças. Fiquei muito contente com isso e fui muito bem acolhido pela USP, por um lado, e por São Paulo, por outro. O primeiro curso que eu fiz foi Antropologia I. A professora era a Aracy Lopes da Silva, e ela estava convocando estudantes que quisessem colaborar com ela na Comissão Pró-Índio, que ela, a Manuela Carneiro da Cunha e outros/as antropólogos/as estavam criando. Eu entrei nessa turma e me vi fazendo um monte de atividades. Achei que ia ser antropólogo, porque eu gostava

muitíssimo do que se fazia ali. Já se falava no genocídio Ianomâmi pelos militares. Havia muitas denúncias. Em 1979, saiu o filme *Mato eles?* E houve também o filme do Zelito Viana. A Comissão Pró-Índio foi decisiva em publicizar esses filmes lá na PUC-SP. Enfim: muitas atividades e denúncia pesada, ainda em um momento em que a ditadura era a ditadura, né? Então essa foi um pouco a minha entrada, já de cara, sobretudo pela mão da Aracy. Mas a universidade é um lugar que abre portas, né? É um lugar de oportunidade, em que você tem que estar aberto. E eu estava buscando as coisas.

Entrei na universidade com dezessete anos, fui fazer dezoito no primeiro ano da faculdade, e eu estava aberto a tudo. No primeiro semestre do segundo ano, eu fui fazer um curso de metodologia, com o Reginaldo Prandi. Quantitativista. Um grande professor. E ele logo foi convocando a gente para trabalhar com ele e para ele, fazendo pesquisas. Então, no terceiro semestre, eu estava fazendo pesquisa de campo, entrevistando médico, para a pesquisa dele sobre classes médias. Saiu um livrinho depois, que se chamou **Os favoritos degradados**. Uma parte das entrevistas com os médicos fui eu que escrevi. Ele aceitou a redação e incluiu no livro. Ele era esse tipo de pessoa, dava esse tipo de oportunidade. Fizemos, nesse mesmo curso de metodologia, umas entrevistas com estudantes de ciências sociais. Foi o primeiro *survey*, na vida, que a gente fez do começo ao fim: “Vamos desenhar o questionário”, “Vocês aplicam o questionário”, “Vamos para casa e tem que tabular o questionário”, “E vamos ler o questionário usando o Fortran. Vou ensinar vocês a usar o Fortran”. Em um único semestre. Foi incrível.

O Reginaldo me ganhou por essa coisa da pesquisa empírica em um mundo urbano. Ele foi fundamental. Trabalhei com ele durante muitos anos. Ele conseguiu uma bolsa de iniciação científica para mim. Eu tinha intenção de trabalhar com sociologia da família. Tinha saído um livro da Elisabete Dória Bilac, **Famílias operárias, estratégias de sobrevivência**, assim, extraordinário. O Reginaldo tinha acabado de publicar um livro sobre o trabalhador por conta própria. Então, ele tinha essa preocupação também. Ali foi o primeiro contato meu com os estudos do trabalho, mas no âmbito da família. Famílias operárias. Eu propunha entrevistas. Fazer pesquisa de campo em fábrica. Não consegui fazer nada disso, porque eu me meti em um monte de atividades. Estudava o tempo todo.

Aí eu fiz um estudo com base no livro do Luís Flávio Rainho, que deu muito o que falar, porque ele transcreveu pura e simplesmente, literalmente, uma centena de entrevistas que ele fez com operários, sem fazer nenhuma intervenção. Sem fazer análise, nem nada. Eu peguei

aquilo e falei: “Bem. Eu não fiz entrevista, mas ele fez cem”. Então, trabalhei em cima dessas entrevistas, né [risos]? O meu trabalho final de IC foi isso. Foi super bem aceito. O Reginaldo gostou. Falou: “Você tem que publicar essa coisa”. Enfim, não publiquei.

Uma pessoa que eu não mencionei no memorial, nem em nenhuma conversa, é a Suzanna Sochaczewski. Era técnica do DIEESE. Entrou no mesmo ano que eu, nas ciências sociais. Ela devia ter... talvez, quarenta anos? A Suzanna abriu muita porta para mim em São Paulo. Ela foi minha madrinha na entrada na cidade, aquela metrópole exuberante. Sempre dava dicas de coisas para fazer, coisas para ler, lugares para ir. Teatro, cinema, enfim: foi super mãezona, me adotou mesmo [risos]. Foi muito legal.

Outra figura importantíssima, embora sem uma relação pessoal, foi o José de Souza Martins. Fiz dois cursos optativos com ele. Um de sociologia rural, que ele deu esse nome para mostrar que era crítico à noção de “sociologia rural”. Porque principalmente, para ele, o que existia era uma sociologia agrária. A gente leu todo o marxismo sobre o mundo agrário, do próprio Marx até o Kautsky, o Lenin. E depois um curso sobre sociologia da vida cotidiana, em que ele juntava também uma herança marxista, mas com muita filosofia. Lefebvre. Agnes Heller. Então, dialogava com a filosofia marxista, mas também com o marxismo muito estrito da sociologia agrária, e que foi muito importante na minha formação. O melhor Marx que eu li, eu li com o Martins, porque ele conhecia tudo, tudo do Marx. Depois ele renegou, como vários marxistas renegaram. Mas ele era um professor muito exigente. Muito rigoroso na correção dos textos, nos conceitos. Ele foi muito importante nesse sentido. Tentava tirar o máximo dos seus alunos, e de quem se dispunha a entrar no jogo dele, ele de fato tirava.

Outro professor muito importante foi o José Carlos Bruni, que estava ali na fronteira entre a sociologia e a filosofia. E, de fato, ele foi para a filosofia depois. Eu fiz Sociologia III com ele, que era Marx. E o Marx dele era muito mais amplo, porque era Marx e as suas influências. Quem Marx leu, né? Como Marx leu a economia, a economia política. Como Marx leu Hegel. E depois, como alguns marxistas trabalharam as ideias do Marx. Ele adorava o Lukács. Foi muito importante e revelador para mim, porque foi uma forma de ver o Marx muito diferente da do Martins.

Por fim, o Brásílio, que seria o meu orientador no mestrado e depois no doutorado. Eu o conheci fazendo curso sobre transição do trabalho livre e construção da sociedade do café em São Paulo. Ele tinha uma coisa mais ensaística, e a gente leu vários autores, viajantes, cronistas do século XIX em São Paulo. Lendo os cronistas, eu me apaixonei pela formação da cidade de

São Paulo, e não necessariamente do mercado de trabalho. O meu projeto de mestrado era, a partir das crônicas e dos viajantes, estudar o início, a formação do núcleo urbano, e, depois, da cidade de São Paulo. Era um projeto de sociologia urbana, né? Que não foi para frente... Reginaldo não gostou: “Você não ia estudar família? Vai estudar São Paulo?”. É. É a vida, essa coisa de estar aberto para as coisas, né?

Eu me apaixonei pelo tema. Entrei no mestrado. Prestei o concurso. Passei. Ganhei a bolsa. Na USP, você não tinha obrigação de fazer curso nenhum, na verdade, no mestrado. O mestrado, como o doutorado, era pesquisa. Você tinha que atender às demandas do seu orientador. O Brásilio nunca me forçou a assistir a curso nenhum. E eu tinha feito uma boa base. Então, fui fazer curso de arte na ECA, de desenho, com o Carlos Fajardo [risos]. Comecei a fazer um de cinema, mas não foi adiante. Era caro. Mas esse curso de desenho de observação, do Fajardo, me levou ao Sergio Fingermann, um artista que estava começando, e precisava de alunos para poder manter o seu ateliê.

Entreí no mestrado com o projeto sobre São Paulo, e fui fazer arte. Fui para o ateliê do Fingermann, aprender a fazer gravura. Eu não podia pagar. Propus para ele: “Vou ser seu assistente. Preparo as suas chapas. Limpo o ateliê depois das aulas. Fico aqui e te ajudo nas coisas que você precisar”. Então, troquei trabalho braçal para assistir às aulas dele. E assim foi. Fiquei no Sergio até o final de 1984, fazendo gravura em metal, que era a grande coisa dele, desenhando, pintando. O Brásilio, coitado, deu essa oportunidade de me aceitar no mestrado [risos], e, paralelamente a isso, o Reginaldo me chamou para trabalhar no Cebrap. Então, eu estava de assistente de pesquisa no Cebrap, fazendo os cursos de arte, entreí no ateliê do Fingermann, não fiz nenhum curso nas ciências sociais, e sumi. Desapareci.

Mas, enquanto isso, eu estava no Cebrap. Puxado pelo Reginaldo. A gente fez um trabalho sobre educação e produtividade no meio rural. Eu viajei muito pelo Brasil. Ficamos cinco semanas em Irecê, na Bahia. Tinha cinco anos que não chovia. Era um ambiente calcinado. Como eu ficava a maior parte do tempo sem fazer nada, comecei a pintar. Levei aquarela. Enquanto fazia as entrevistas, tinha essa atividade paralela. E depois, em cima dos desenhos, eu fiz uma série imensa: foi a primeira exposição que fiz, em 1987, lá em São Paulo. A primeira individual. Tudo com origem em Irecê, nessa experiência. Então, as coisas andaram juntas, muitas vezes.

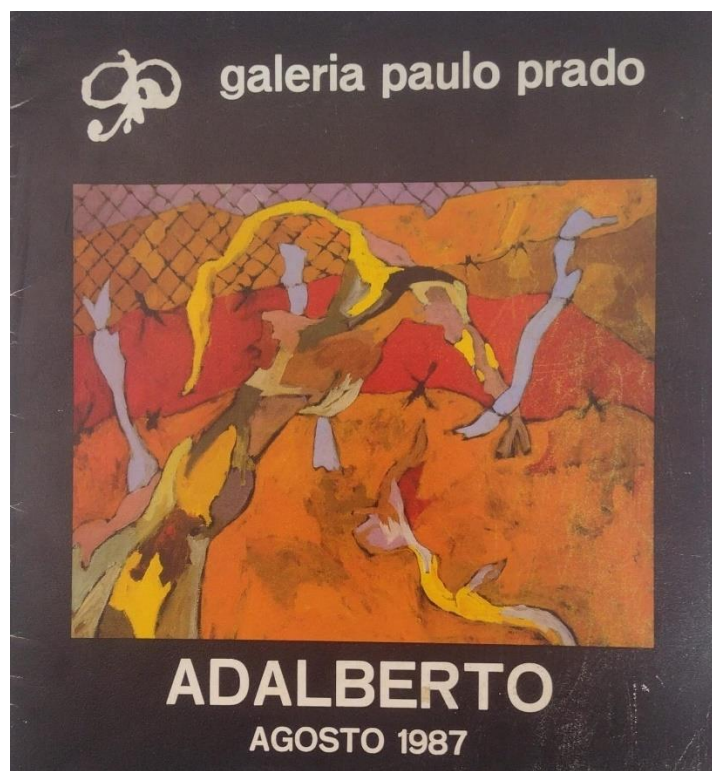


Figure 1 - Catálogo da exposição. São Paulo, agosto de 1987. Acervo de Adalberto Cardoso.

Mas o Reginaldo, em 1985, saiu do Cebrap. Aí o Vinícius Caldeira Brant estava precisando de um assistente para uma pesquisa que estava começando. Ele tinha participado do projeto de educação e produtividade no meio rural, mas estava indo para uma pesquisa sobre a greve dos petroleiros de Paulínia de 1983. Ele já trabalhava com o Álvaro Comin, que seria meu parceiro por muitos anos no Cebrap. Eles tinham trabalhado com metalúrgicos em São Paulo, com o pessoal da CUT. Aí eu falei: “Bem, claro que eu vou, né?”. O mundo do trabalho tinha sumido do meu horizonte, e fui puxado de volta para ele pelo Vinícius. E essa experiência foi formadora, foi uma pesquisa muito, muito interessante.

Foi uma intervenção sociológica com método do Touraine, junto a um sindicato, que, normalmente, no método, não é pensado como um movimento social. E, de fato, aconteceu uma coisa impressionante. Ninguém tinha lido Marx, mas eram todos marxistas, todos revolucionários. “A gente tem que agir, porque é na ação que você... cria consciência de classe”, “você tem que ter um inimigo”. Toda a coisa do *enjeu*, do que está em disputa, quem é o seu inimigo, como é que vocês constroem essas identidades em disputa. E o inimigo era a direção da Petrobras. Na época da greve, o Shigeaki Ueki, essa figura lendária, que quis vender a Petrobras de tudo quanto é jeito. Dessa pesquisa, saiu a minha dissertação de mestrado. Já não era mais a intervenção sociológica, porque eu usei as entrevistas de uma forma mais tradicional. Sem referência ao Touraine.

No meio do caminho, o Guillermo O'Donnell tinha voltado para o Cebrap. A partir da minha experiência com o Vinícius, ele me chamou para fazer um dos estudos que tinha na cabeça, sobre o então assim chamado “sindicalismo de resultados”, que tinha surgido lá em 1986, 1987, com muito estardalhaço, na cena brasileira. Todo mundo queria estudar CUT, o novo sindicalismo. “Ninguém olha para a direita? Tem que olhar para a direita!” – o O'Donnell falava. E aí fui estudar o sindicalismo de resultados. Foi formador de outro jeito. O'Donnell não era um marxista. Era um cara super erudito. Naquele momento, a grande moda era a teoria da escolha racional. O O'Donnell lia, e era muito crítico daquilo, sobretudo o Olson.

O carona era um problema – teórico e prático. E se torna um problema político em muitas situações. E ele insistia nisso, dizia: “Essa ideia de que o indivíduo é um ser interessado, maximizador de utilidade, exclusivamente no ponto de vista individual, não tem sustentação na vida”. A vida tem muitos momentos de solidariedade. Em muitas situações, você leva em consideração os outros, os coletivos, nem que seja só a família. Esse individualismo metodológico não é sociologicamente sustentável, e nem politicamente sustentável. Então, ele tinha uma crítica profunda a isso, para mostrar que o individualismo metodológico, em si, embora pudesse servir de instrumento heurístico para fazer perguntas sobre o mundo, não podia ser instrumento de explicação do mundo. E eu usei muito isso na minha dissertação de mestrado: **Petroleiros de Paulínia: participação, consciência e identidade**. O título da dissertação saiu de um discurso deles; eles tinham uma clareza muito grande de que se moviam não por qualquer racionalidade de tipo individual, mas por um sentimento de pertença a um coletivo, pelo qual valia a pena até morrer. E esse coletivo não era só o grupo próximo aos trabalhadores, mas a própria Petrobras.

A dissertação serviu para criticar tanto o Touraine quanto a escolha racional tal como lida pelo O'Donnell. E o meu doutorado, sobre o estudo do sindicalismo pragmático, acabou fugindo dessas duas grandes forças da minha formação no Cebrap – embora a construção do projeto, do problema, tenha sido proposta pelo O'Donnell. Ele colocava: “Quais são as virtualidades democráticas de uma ação sindical como essa, num momento em que você está construindo a democracia? Como é que o pragmatismo sindical, desse tipo corrupto, individualista, moderno, contribui ou não para consolidar a democracia? Que tipo de instituição sai daí?”. Ele fez esses questionamentos, cuja resposta eu fui buscar. Na verdade, a tese procura fazer isso, mas não nesses termos, e sim nos termos da construção virtuosa de instituições. O discurso da “modernidade”, do “mercado”, tudo entre aspas... “Modernidade”. “Mercado”. “Individualismo”. Essa ideia da construção pragmática do interesse dos trabalhadores. Nada de

identidade. Nada desse negócio de consciência de classe, “é uma bobagem”. Até que ponto isso é capaz de furar o cerco da construção oligárquica ainda muito presente, muito consolidada na dinâmica do poder no Brasil? Como um discurso como esse era capaz de romper a indiferença moral das elites brasileiras em relação aos interesses da maioria? Das maiorias?

Embora talvez também estivesse respondendo às perguntas do O'Donnell, eu estava olhando para isso. E é a isso que eu vou responder no meu doutorado. Estava, ainda, na chave que ele estava propondo, mas dando um passo além. Porque isso foi o que eu fui perseguir depois: até que ponto o trabalho organizado, o movimento sindical, na sua intervenção, na sua interferência e na sua ação coletiva, pública, era ou não capaz de permeabilizar o sistema político, e mudar as estruturas do Estado brasileiro, para incorporar, de maneira não subordinada, os interesses dos trabalhadores. Isso foi o mais importante.

Depois veio a Nadya Guimarães (que então era Castro), a convite do Chico de Oliveira. Ela era professora da Federal da Bahia, ficou seis meses no Cebrap como visitante em 1993, se aposentou na Bahia e voltou definitivamente para São Paulo, em 1995, para assumir a equipe do Cebrap. Com Nadya, começamos outros projetos, outras ideias. Reestruturação produtiva. Reestruturação industrial. A Nadya era uma pesquisadora de processo de trabalho. Tinha feito estudos na petroquímica da Bahia. O interesse dela estava voltado muito para isso. Muitos temas novos apareceram. Eu entrei em um projeto internacional sobre reestruturação industrial na América Latina, para estudar indústria têxtil, automobilística, petroquímica e outras, a partir do contato que eu tive no Primeiro Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho, no México. E dois alemães estavam procurando pesquisadores no Brasil, na Colômbia e no México, para tocar esse projeto comparativo... estudos empíricos nas empresas, para ver o impacto da globalização na reestruturação industrial. Esses segmentos estavam sendo mais afetados por causa da China, de um lado, e do Japão, do outro. A China na indústria têxtil e o Japão na indústria automobilística, e a coisa toda da indústria petroquímica. A partir daí, eu abri as portas da América Latina.

Ali começou o processo real de internacionalização da minha trajetória. Eu fiquei muito amigo do pessoal do México, da Colômbia, da Venezuela, da Argentina. E a gente começou a se frequentar muitas vezes, em muitos congressos internacionais. Na ALAST, na ALAS, na ISA. Acabamos consolidando um grupo que produziu muita coisa junto a partir desse primeiro passo, e com o beneplácito dessa dupla de alemães: o Rainer Dombois, que já morreu, e o Ludger Pries, que morava no México. Esse processo de aprendizado também foi muito importante, porque o Ludger era extremamente rigoroso em termos teórico-metodológicos. Ele

tinha uma preferência muito clara pelos teóricos alemães. Ulrich Beck. Em parte, o Habermas. Detestava o Bourdieu. Tinha uma crítica muito, muito séria à sociologia latino-americana de modo geral. Acho que tem a ver com uma certa postura de uma parte imensa da comunidade científica europeia em relação a nós. Ao terceiro mundo, à América Latina.

O projeto levou três anos. Demorou muito até que a coisa ficasse aceitável. Ficamos amigos. A gente passou a se encontrar em outras ocasiões, a gente se entendeu, mas de início foi bastante complicado. Essa pesquisa foi muito importante, porque, de novo, eu estava voltando, mas para entrevistar níveis hierárquicos distintos na fábrica. Coisa que eu nunca tinha feito. Só tinha falado com trabalhadores e lideranças sindicais. Me vi falando com gerência, com o presidente da Volkswagen no Brasil.

Essa pesquisa abriu as portas da América Latina para mim, e depois do mundo, porque eu fui para a Alemanha. Viajei bastante em função dela, e foi essa pesquisa que me abriu os olhos para o problema do desemprego, e para o problema das trajetórias ocupacionais, que me ocuparia por seis, sete anos daí para frente. Devo isso à Nadya também. Nós trabalhamos juntos, no início, sobre esse tema. Depois eu saí do Cebrap para vir para cá, para a UFRJ, e continuei com esse tema aqui no IESP (então IUPERJ). Então, isso encerra a minha trajetória no Cebrap, que foi formadora. Eu trabalhei quinze anos no Cebrap; foi um período de formação.



Figure 2 - Correspondência pessoal. Acervo de Adalberto

Pergunta: Como você avalia e compara os desafios do processo de formação de um pesquisador no início da sua trajetória acadêmica e nos dias de hoje?

Adalberto Cardoso: Eu vejo algumas diferenças. Por isso que eu acabei de narrar, nunca tive contato de fato com graduação, exceto a minha própria. Então, eu posso falar da formação da pós-graduação, que é onde eu sempre atuei. Nesse âmbito, acho que as diferenças são imensas. A primeira delas é o acesso à literatura. Quando eu estava fazendo a pós-graduação, se eu quisesse ler artigos de revistas estrangeiras, a USP tinha uma coleção bastante ampla, mas nada comparável às universidades de fora, sobretudo nos Estados Unidos. As francesas não tinham acervo semelhante. As alemãs não tinham acervo semelhante. Se você queria pesquisar sério, você tinha que sair do Brasil por um período. Hoje, você acha **tudo** na internet. Todo o Weber. **Todo o Weber.** Tem em alemão, em francês, em italiano, em inglês, etc. O Schluchter está todo na internet. Inclusive em português. As revistas estão todas. Você entra no JSTOR, dá uma busca. Qualquer artigo. Isso é uma diferença **brutal**. Hoje em dia, não há a possibilidade de você dizer “Não achei”. “Não achei tal coisa”. Tal livro. Tal artigo. Não tem isso. É porque não procurou direito. Ou não procurou de jeito nenhum. Antigamente, a gente tinha essa desculpa: “Não tive acesso”. “É que não tem na biblioteca da USP”. “Ah, mas você foi na biblioteca da Unicamp?”. “Não fui”. “Tenta lá. Quem sabe tem lá”. Mas tinha desculpa.

Outra coisa: hoje, você pode definir temas de pesquisa, objetos de pesquisa, problemas de pesquisa, pode falar coisas relevantes sobre o que está acontecendo no mundo só com as fontes às quais você tem acesso via internet. Não é porque a internet é uma boa fonte. Não; é porque **tudo** está na internet. Você entra na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, tem os jornais de meados do século XIX até hoje. Todos lá, digitalizados. Você entra no arquivo da Folha de São Paulo, do Estadão, d'O Globo. Está tudo lá. Desde o início. O CPDOC digitalizou a maioria dos seus grandes arquivos. Você tinha que passar o dia inteiro no CPDOC abrindo aquela papelada. Os fungos afetavam, né? Isso acabou. Não para todos. Certos arquivos continuam fechados. Por exemplo, para falar do Brasil colonial, você tem que ir a Portugal, ainda. Tem parte das coisas lá. Mas todas as instituições, as organizações, os sindicatos, os partidos políticos, uns mais, outros menos, têm lá os seus arquivos também disponíveis na internet. Então, é uma mudança importante, que tem a ver com a tecnologia.

Outra mudança fundamental, e que eu já mencionei, é referente à coisa do tempo. Você não ter a injunção do tempo, a restrição do tempo para você construir o seu problema de pesquisa, para você se dedicar à sua pesquisa, foi, para o bem e para o mal, muito importante.

Isso, hoje, é impossível. Os historiadores têm que definir temas cada vez mais miudinhos, para poderem se dedicar bem a um período muito curtinho, e no prazo de quatro anos que você tem. Porque, se você não publica... *Publish or perish*, né? A restrição do tempo fez um mal imenso para a ciência. Para a ciência social em particular. Nem todo mundo tem essa capacidade de produzir coisas de qualidade, bem pensadas, bem articuladas com literatura existente, em pouco espaço de tempo, então as pessoas são mais angustiadas hoje do que eram. Eu pude fazer arte. Eu pude tentar o teatro. Pude ser artista profissional. Vivi de artes plásticas por cinco anos. Era outra coisa, essa possibilidade de multiplicidades de experiências enquanto você está fazendo o mestrado, o seu doutorado.

Outra coisa que eu acho que distingue é o acesso a recursos. As ciências humanas e sociais sofrem, no mundo inteiro, um bombardeio neoliberal, que restringiu os recursos de pesquisa em todas as agências. No Brasil não é diferente. A gente passou muito a pão e água, nos últimos tempos, e não era assim nos anos 1980. Não era assim nos anos 1970. Os militares deram muito dinheiro para as ciências sociais via a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). A FINEP sustentou o IUPERJ e o Cebrap, junto com a Fundação Ford, durante toda a década de 1970. Deu milhões de dólares nos anos 1970 e 1980. Dinheiro dos militares. Essas ambiguidades: os caras cassaram todo mundo nas universidades e ajudaram a financiar os centros de pesquisa que acolheram as pessoas que foram cassadas. O Fernando Henrique foi cassado na USP e fundou o Cebrap, e o Cebrap ganhou dinheiro da FINEP por dez, doze anos. Dinheiro dos militares para ciência e tecnologia.

Já tem muita coisa escrita sobre isso, e não vou entrar nessa seara, mas nós tínhamos muito recurso de pesquisa nas ciências humanas, porque havia, no poder público, de modo geral, na administração pública, entre as elites políticas brasileiras, e também econômicas, embora menos, a ideia de que era possível buscar respostas para os problemas da nação por meio de uma ciência social empiricamente bem-feita, embasada e teoricamente sustentada. Muita gente acreditava nisso piamente. Celso Furtado era luminar para uma elite que achava que sim, era possível intervir a partir do conhecimento racional, científico sobre a sociedade. E financiava. Como você enfrenta a desigualdade? Tem que fazer estudo sobre desigualdade. Como você enfrenta a pobreza? Tem que fazer estudo sobre pobreza. E não são os economistas que dão a resposta para isso, são os cientistas sociais.

Havia núcleos de estudo: essa é uma outra coisa que distingue, né? A universidade em si mesma, com exceção de algumas grandes, USP, Unicamp, não era o lugar da pesquisa em

ciências humanas. O lugar eram os centros de pesquisa, que abrigavam boa parte das pessoas que tinham sido expulsas da universidade pela ditadura, mas também gente que tinha sobrevivido na universidade, que era pesquisador desses centros. Então, a pesquisa era feita fora, em uma dinâmica de grupos de pesquisa. Uma coisa que só foi se consolidar muito depois na universidade, muito por exigência do CNPq. Isso não era comum nas ciências humanas, exceto nos laboratórios. Hoje, todo mundo que entra aqui no IESP/UERJ, entra em um núcleo, dois, três. É assim que as coisas se organizam. Esse era um diferencial da formação. E, só para terminar, há muitas outras diferenças, mas a bolsa, hoje, é tão pequena que obriga as pessoas a trabalhar. A gente tinha mais tempo para se dedicar aos estudos e à pesquisa. A bolsa era suficiente para me manter em São Paulo. Eu trabalhava no Cebrap, mas o salário era simbólico. Essas são as principais distinções.

Pergunta: Em vários momentos da sua trajetória profissional e acadêmica, você fez convergir variados interesses de pesquisa, passando por etnologia indígena, métodos quantitativos e por aí vai. Como essa convergência de interesses muito plurais e muito diversos influenciou, e influencia, ainda hoje, a sua produção, a sua formulação teórica? Como você considera e visualiza esse papel da contingência na sua trajetória profissional?

Adalberto Cardoso: Eu me considero afortunado por ter tido acesso a essas oportunidades de aprender novas metodologias, e ser obrigado a enfrentar certos temas, que eu não enfrentaria se fosse por *motu proprio*. Não cheguei a fazer etnologia, mas eu considero a forma como eu trabalhei o discurso do Luís Flávio Rainho, no relatório final da pesquisa de iniciação científica, uma análise de discurso *à la* antropologia. O estruturalismo lévi-straussiano, que eu li com bastante cuidado e interesse. Isso foi uma busca minha. É fundamental você dominar o método. Mas o método não pode ser um fetiche. Se você não domina os métodos disponíveis, qualitativos, quantitativos, você não sabe que pergunta você pode fazer. Você tem que estar aberto à possibilidade de fazer perguntas que você não vai ser capaz de responder com os métodos que você domina. Para você ser, justamente, obrigado, e a gente é obrigado o tempo inteiro, a buscar métodos novos, para responder àquelas perguntas.

Aquela história do Marx, de que nenhuma época faz perguntas que não pode responder, não vale para a ciência. A ciência tem que fazer perguntas que não pode ainda responder, senão não avança. Então, o domínio dos métodos é necessário para você dar respostas rigorosas às suas perguntas, mas é preciso que isso tenha flexibilidade para abertura ao novo. Um dos problemas da diferença em relação à prática formadora de antes é que, hoje, a frouxidão em

relação ao rigor científico está na fronteira do inaceitável. Isso não só no Brasil, mas no Brasil, em particular, fez com que a ciência social tenha perdido, em parte, a sua significância ou a sua importância no debate público. Não é só por causa do neoliberalismo, do combate às ciências humanas no mundo inteiro. Teve esse desleixo metodológico na construção dos problemas. Na escolha de métodos. Na escolha de evidência empírica.

Acho essa uma mazela crescente e inevitável por várias razões, e uma delas, embora não a principal, tem a ver com os prazos. Você tem que produzir muito rápido o tempo todo, né? O desleixo tem a ver um pouco com isso. Dominar o máximo possível, porque ninguém domina tudo, mas o máximo possível de possibilidades de análises quantitativas sobre um fenômeno social qualquer, e das possibilidades abertas de análise qualitativa do mesmo fenômeno, e você olhá-lo de várias formas e maneiras possíveis, dentro daquilo que você domina, te permite mais do que quando não se usa essa multiplicidade. Te permite dizer coisas mais plausíveis sobre aquilo que está ali. Essa é a diferença. Tem que convencer o leitor. Você pode achar diferente. Mas, então, me mostra diferente; eu estou aberto às várias possíveis interpretações disso, mas essa que eu estou te oferecendo, no momento, é que a mim parece ser a mais, ou, pelo menos, muito plausível. Não é a verdade, mas... Quer disputar? Traga uma coisa diferente e vamos conversar. É assim que se avança nas ciências sociais. O método é para você fazer perguntas direito. Mas insisto na coisa do fetiche, porque grande parte das ciências sociais que se faz, achando que está se fazendo ciência dura, tem a ver com esse fetichismo do método. Esse é o outro lado.

Pergunta: Você tem, de cabeça, o valor do salário do Cebrap?

Adalberto Cardoso: É impossível. Eu entrei no Cebrap em 1983 e saí em 1996. Em 1989, o Brasil teve mil e duzentos por cento de inflação. O dinheiro que eu recebia entrava em uma conta do Banco do Brasil, que tinha remuneração diária. *Overnight*. A remuneração acompanhava a inflação. E alimentava a inflação. Então, a gente não tinha noção de preço. Não tinha parâmetro. A única coisa que eu sei é que eu vivia uma vida muito espartana. Meu amigo Edu (Eduardo Furia César) também era artista plástico e fazia ciências sociais... A gente decidiu parar de fumar. E eu fumava um maço de cigarro por dia. *Hollywood*. “Vamos parar de fumar?”. “Vamos. A gente faz junto. A gente consegue”. Parei de fumar. No final do mês, eu fui ao Bexiga comer um macarrão com vinho, de tanto dinheiro que sobrou do cigarro que eu não fumei.

Morei em república, sempre dividindo, mesmo trabalhando no Cebrap. Eu me lembro da bolsa ser duas vezes o salário do Cebrap. Eu sei que era muito pouco dinheiro [risos]. Às vezes eu saía para comer uma massa no Bexiga, mas eu fazia comida em casa. As grandes coisas que eu fazia em São Paulo, que aí eu fazia mesmo, juntava dinheiro para fazer: às vezes ficava sem comer para comprar disco. Por um disco do Bartók, o primeiro grande importado que eu comprei, fiquei dois dias sem almoçar. Tinha o Festival de Jazz do MASP. Eu não perdia. Era caríssimo. Mas eu juntava dinheiro, ficava sem fazer coisa para ir. E o Festival de Cinema do MASP, que ocorria em vários lugares e era a semana inteira. Eu ficava de nove da manhã a nove da noite dentro do cinema [risos]. Assistia a tudo. Comprava o passe para a semana toda. Isso também eu não perdia. Depois de 1987, eu comecei a ganhar dinheiro com arte e pintura. Aí a vida mudou. Mas até ali, meu amigo, era duro.

Pergunta: Pegando um gancho, essa mesma arte tem um papel muito significativo na sua trajetória – inclusive, você trabalhou como artista plástico por um período considerável. E, além disso, em uma rede social, você ainda teve como foto de perfil, por um bom tempo, a litografia **Desenhando mãos**, do Escher. Essa obra remete a dois sujeitos compondo um ao outro e, no final, formando um mesmo quadro que está, simultaneamente, inconcluso e concluído. A gente escolheu essa imagem para direcionar algumas perguntas sobre essa faceta. Seu trabalho navega entre várias categorias bem clássicas: pintura, literatura, música e por aí vai. Como você se identifica em relação a essas nomenclaturas e categorias? E, se você puder, fale um pouco também sobre o seu processo criativo.

Adalberto Cardoso: A foto do perfil na rede social era a capa do meu romance **As mãos de Escher**, justamente. São duas histórias que correm paralelas, que podem ter sido escritas tanto por um quanto pelo outro personagem. Essa é um pouco a ideia. O processo criativo: eu comecei a pintar lá em 1983, quando fui fazer esse curso de desenho com o Fajardo. Fui para o ateliê do Fingermann; lá, conheci o Jacques Jesion, e a gente ficou amigo. E o Jacques falou: “Cara, vamos abrir um ateliê. Tem um espaço ali na Frei Caneca. Eu fui lá olhar, mas eu não tenho dinheiro. Sozinho eu não consigo fazer”. Eu fui lá ver com ele, e era um espaço incrível. Perfeito para um ateliê de gravura. Ali eu comecei a pintar de verdade. Pinturas grandes.

Em 1986, eu ganhei um prêmio no Salão Paulista de Arte: o Prêmio Aquisição. O meu primeiro prêmio. E, nesse ano, o Paulo Prado, que era um *marchand* lá de São Paulo, foi no meu ateliê. Aí comecei a trabalhar com ele. Em 1987, eu fiz a primeira exposição. Trinta e seis pinturas. Eu vendi trinta e cinco. A que sobrou está lá em casa, até hoje. Eu vivi de arte entre

1987 e 1990. Ganhava dez vezes com arte o que eu ganhava no Cebrap. O ateliê se sustentava, me sustentava e ainda mandei dinheiro para a minha mãe. Foi um período bacana.

Processo criativo: eu trabalhava no Cebrap até às seis e ia para o ateliê, e ficava no ateliê até às quatro, cinco da manhã. Muitas vezes cheguei depois do almoço no Cebrap, mas o pessoal não achava ruim, porque eu fazia as coisas que tinha que fazer. Entregava o que tinha que entregar. Fazia os relatórios que tinha de fazer. Então, não havia incompatibilidade. Nessa primeira exposição individual, o Cebrap foi lá ver. O Giannotti estava curioso; o filho dele também pintava. Ele foi à exposição. Ficou lá uma hora. Aí, no Cebrap, no outro dia, ele falou: “Você vai ter que escolher, né?”. Eu: “Como assim?”. “Você não vai conseguir levar as duas coisas, né? Você vai ter que escolher”. Aí eu falei: “Bem, ele gostou do que viu, né?”. Vi isso como um elogio. Então, falei: “Enquanto eu puder levar as duas coisas, eu vou levar”.

Hoje, eu não me considero um artista mais. Mas eu me considero um romancista. Um dia, eu estava falando com o Wanderley Guilherme dos Santos. Ele também estava escrevendo um romance, e falou: “Mas a que horas que você trabalha? Você publica esse monte de coisa. Que horas você escreve?”. Eu: “Wanderley, eu acordo às sete e meia da manhã. Tomo meu café da manhã e, antes de ler jornal, eu sento, escrevo três horas. Todo santo dia. Aí eu vou ler jornal. Vou fazer as outras coisas. Pronto. Passou”. Com isso, eu escrevi quatro romances em um período de oito anos. Metodicamente. Sistemáticamente. Claro que tem inspiração. Mas você tem que trabalhar. E trabalhar com o olhar da arte.

A poesia é diferente. Eu sempre escrevi poesia na juventude, né? Meu interesse pela poesia voltou há quatro anos, quando, por acaso, fuçando livros lá em casa, eu achei um livrinho da Hilda Hilst, uma espécie de *pot-pourri*, nem uma antologia, vários fragmentos de poesia, prosa. Eu li aquilo e terminei arrepiado. Eu li em uma sentada. Voltei e li de novo. Arrepiado com aquilo fiquei. Falei: “Vou retomar”. Nunca deixei de ler poesia. E retomei com uma facilidade que me assustou, como os temas vinham. Como a métrica vinha. Comecei a ler os meus poemas em voz alta. Vi que aquilo fazia sentido. Quando eu vi, tinha quarenta poemas escritos. Cento e vinte haicais. Adoro escrever haicais. Reaprendi que eu gosto de fazer isso. Um prazer imenso. A poesia eu escrevo todo dia. Eu me impus como obrigação escrever um poema por dia, mesmo que seja uma porcaria. Aí, jogo fora. Deleto. Mas faço isso todo dia. Então, o meu processo criativo, hoje, que tem a ver com literatura e poesia, está muito ligado ao fato de que eu sou um leitor voraz. Faz parte do processo criativo você se deixar submeter pela literatura do outro. Eu acho que isso tudo é parte do processo criativo.

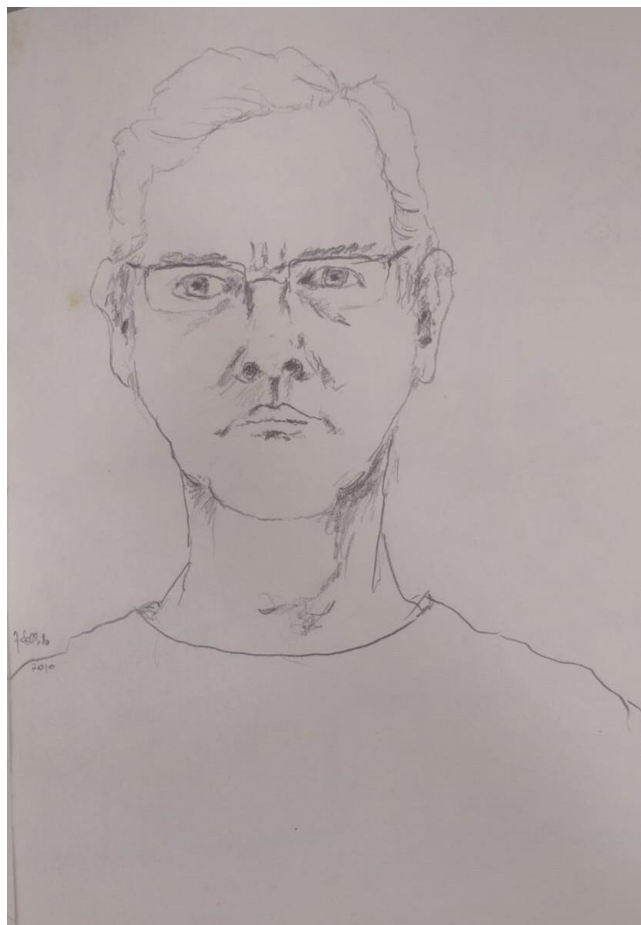


Figure 3 - O artista pinta o sociólogo. Ilustração de Adalberto Cardoso. Acervo pessoal de Adalberto Cardoso.

Pergunta: Ainda no contexto dos anos 1980, da redemocratização, qual a sua relação com o futebol? E com a Democracia Corintiana?

Adalberto Cardoso: Olha, eu nasci atleticano, evidente. Meu pai era cruzeirense, meu irmão mais velho era cruzeirense. Meu primo mais velho, que foi morar conosco, era cruzeirense, então eu tinha que ser atleticano [risos]. Foi simples assim. Mas nunca fui fanático por futebol. Fui ver o Atlético em campo uma vez, quando eu morava em São Paulo, e quando o Atlético ia jogar contra o Santos, porque o meu grande amigo na época, Antônio Manuel Teixeira Mendes, era um santista fanático, e ele me disse: “Vamos ver o Santos. Você vai, vamos lá pra você ver o Atlético perder”. Foi a única vez que eu fui ao campo ver o Galo.

Nunca vi o Corinthians em campo ao vivo. Por outro lado, eu era aficionado pela Democracia Corintiana. Por incrível que pareça, vários dos meus colegas mais próximos do Cebrap eram todos palmeirenses. Rapaz... Eu cercado de cruzeirenses lá em Uberlândia, e de palmeirenses lá no Cebrap. Mas mesmo os palmeirenses achavam bacana essa história da Democracia Corintiana, porque era uma diferença imensa, como eles construíram uma ação

coletiva para mudar o modo de se gerir o futebol e até de escalar o time. Isso extravasou, porque entrou junto no debate da redemocratização: o Corinthians como um exemplo de como deveriam ser as instituições no Brasil. A participação, a horizontalidade, todos os jogadores tinham voz junto ao técnico, junto às direções. Você tinha conflitos, evidentemente, mas tinha o Sócrates como grande liderança. A Democracia Corintiana foi uma coisa extraordinária. Durou pouco e, enquanto durou, deu resultados. O Corinthians ganhou um monte de coisa no período. As pessoas iam para ver o Corinthians democrático, mas eu nunca fui. Eu não tinha dinheiro também.

Pergunta: E como foi a sua transição para o Rio de Janeiro? Você poderia nos falar sobre a sua experiência e a sua agenda de pesquisas no antigo IUPERJ e no atual IESP/UERJ?

Adalberto Cardoso: Eu estava no Cebrap, em um projeto com a Nadya, sobre os metalúrgicos... eu tinha, na verdade, conseguido um financiamento na FAPESP, para fazer um estudo sobre as centrais sindicais, e isso implicava aplicar um questionário em algumas categorias de trabalhadores da CUT e da Força Sindical, para comparar as suas atitudes. Isso resultou em um artigo com o Alvaro Comin, chamado **Centrais Sindicais e Atitudes Democráticas**. Depois disso, a Nadya estava interessada na reestruturação produtiva. A partir desse estudo com os metalúrgicos, ela me forçou a participar do congresso de fundação da ALAST, no México, em 1993. Ela disse: “Você tem que ir! Esse trabalho que você está fazendo é muito bacana. Vai ser muito bom, você tem que começar a sua carreira internacional”.

Arrumei um dinheiro lá no Cebrap para ir, e fui. Fomos. De fato, foi muito bom, porque foi um congresso concorrido. Todos os latino-americanos importantes, da área da sociologia do trabalho... A ALAST nasceu como “Associação Latino-Americana de Sociologia do Trabalho”, depois virou “de Estudos do Trabalho”. Nesse congresso, a Nadya me disse que dois alemães estavam atrás de um pesquisador brasileiro, para tocar parte de uma pesquisa comparativa que eles estavam organizando. Era o estudo de setores automobilístico e têxtil, no Brasil, no México e na Colômbia, para testar algumas hipóteses sobre o impacto da globalização nas relações de trabalho e nas relações industriais. Porque tinha a hipótese de que a globalização ia fazer convergir os regimes de trabalho, os regimes de relações industriais, nos países latino-americanos. Então, foram escolhidos esses dois setores, e mais alguns estudos de caso, como a petroquímica, aqui do Brasil; na Colômbia, foi um outro setor de que não me lembro. Enfim, não importa. Eu fiquei responsável por quatro estudos de caso. Dois estudos de automobilística, e dois na indústria têxtil. Foi por esses alemães, o Rainer Dombois e o Ludger Pries, que eu me

meti nesse projeto, que... levou a várias coisas. Várias viagens ao México, à Colômbia... eles vieram ao Brasil algumas vezes. Foi um projeto bem intenso, que terminou em 1996.



Figure 4 – Gabriela Arango, Marcia Leite, Consuelo Iranzo, e Juan José Cortillo. Congresso de fundação da ALAST, México, 1993. Acervo de Adalberto Cardoso.

Eu terminei a minha parte da indústria têxtil já no Rio, quando o projeto já tinha acabado. Mas eu tinha o compromisso de terminar. Eu já não estava ganhando nada, mas fiz, mesmo assim, o estudo de caso, aqui na Fábrica de Tecidos Bangu. Esse projeto teve um resultado não antecipado: fizemos a última reunião na Alemanha. Inicialmente, o Ludger morava no México. Nesse momento, o Rainer tinha uma relação muito sólida na Colômbia. E eles precisavam de alguém no Brasil. E o Ludger voltou para a Alemanha, então a última reunião de trabalho do projeto foi lá. Eu fiquei hospedado na casa dele e, fuçando a biblioteca dele, a gente conversando, eu disse que a gente estava pensando em fazer um projeto sobre destinos profissionais dos demitidos da indústria automobilística, né?

Nos estudos sobre reestruturação, o que a gente estava vendo era um número imenso de demissões, que estavam acontecendo na automobilística e na indústria têxtil também. A fábrica que eu estudei, em São Paulo, tinha perdido 30% dos seus operários, só no período em que eu estava fazendo a pesquisa. É uma coisa avassaladora, então isso chamou a nossa atenção, minha e de Nadya, e nós decidimos estudar esse tema através de trajetórias ocupacionais. Para onde

essas pessoas estavam indo? O Ludger abriu um sorriso, meteu a mão lá nos livros dele, e tirou dois trabalhos que ele tinha feito no México, sobre isso. Duas brochurinhas, em que ele analisava exatamente isso: o que acontecia com as pessoas que estavam perdendo o seu emprego. Ele estava interessado nas trajetórias do informal para o formal, e do formal para o informal. Em que período da vida das pessoas isso acontecia. Ele fez um trabalho muito... artesanal. Com alguns poucos estudos de caso, mas uns gráficos muito elegantes de como as pessoas entravam na informalidade, saíam, voltavam, em que momento ficavam para sempre fora do mundo do emprego formal.

Ele me deu, além disso, três outros livros de metodologia de análise de dados longitudinais. Em inglês. O cara mais importante disso, na época, era um alemão. O Hans-Peter Blossfeld. E tinha ali, no que ele me deu, alguns artigos desse Blossfeld, que eu usei muito no meu livro sobre transição ocupacional a partir da indústria automobilística. Eu voltei para o Brasil com esses livros debaixo do braço. Na verdade, um desses de metodologia eu li em Frankfurt. Eu esperei, sei lá, dez horas [risos] a baldeação do voo – enfim, li um deles lá. E o outro, quase todo, na viagem de volta. Quando eu cheguei em São Paulo, fui ao Cebrap, com os livros debaixo do braço, e falei: “Nadya, a gente mirou no que viu e acertou no que não viu, porque o Ludger me abriu muitos caminhos, olha só isso aqui”. Ela ficou super entusiasmada. A partir daí, a gente começou a trabalhar trajetórias.

Fato é que, por causa desses estudos, a Alice Rangel de Paiva Abreu me convidou para participar de um seminário aqui no Rio de Janeiro, no final de 1994. Eu vim para esse seminário, e fiquei responsável por fazer um comentário sobre uma das sessões. Recebi os textos antes, li e no hotel preparei um comentário elaborado sobre os textos. Ao final da sessão [risos], o cara que eu estava comentando me chamou: “Escuta, você já publicou isso que você escreveu?”. Eu falei: “Não, isso é uma reação ao trabalho de vocês. Eu fiz aqui”. Aí ele ficou super entusiasmado. Era o Gary Gereffi, um cara que estudava cadeias de valor. Cadeias produtivas mundiais. Ele estava interessado, por exemplo, na cadeia de valor do Walmart, e também das indústrias, né? Indústria têxtil, indústria automobilística e várias outras.

A Alice ficou muito impressionada com esse meu desempenho lá, e me convidou: “Escuta, a gente tá pensando em pedir uma bolsa de pós-doc. lá no IFCS, você não quer vir para cá?”. Eu falei: “Uai, mas eu ainda não tenho doutorado”. “Mas então você tem que defender o seu doutorado. Rápido”. Eu fui para cima do meu orientador, e falei: “Brasílio, eu tenho essa oportunidade. Vamos correr com esse meu doutorado? Ele já está pronto. É só uma questão de

a gente correr com ele”. E, de fato, o Brasílio foi super solidário, e trabalhou intensamente, comigo, sobre um relatório que eu tinha feito... sobre o sindicalismo de resultados, e que virou a minha tese. Eu defendi em agosto de 1995. A gente entrou imediatamente com o pedido de bolsa. E eu tinha pedido, com essa bolsa, um dinheiro para o projeto que a gente estava fazendo no Cebrap, de trajetórias; mandei para o CNPq como projeto para pedir dinheiro, para fazer pesquisa. Ele foi aprovado, mas o dinheiro nunca saiu, porque o CNPq estava sem recursos. Mas a bolsa saiu. Então, eu vim para o Rio. Essa foi a razão da minha vinda para cá: o convite da Alice, a partir da minha inserção nas redes da Nadya Guimarães, né?

Aqui no Rio, eu vim, portanto, para o IFCS. Eu cheguei aqui, a bolsa foi aprovada em março, abril, para ser implantada em agosto. Então, a partir de agosto, eu passaria a dar aula de metodologia no IFCS. Foi para isso que eu vim. Era uma vaga para métodos quantitativos. Daí eu dei a minha primeira aula no IFCS. Logo depois, as federais entraram em greve, e ficaram quatro meses em greve. Então, eu pude usar esse tempo [risos] para terminar um monte de coisa que eu tinha feito no Cebrap, que tinha forma de relatório de pesquisa. Comecei a produzir loucamente os artigos e coisas que tinham ficado represadas. Foi assim que eu publiquei um mundo de coisa, em 1997, 1998, 1999... dois livros em 1999, outro livro em 2000, tudo por causa daquela coisa represada pelo Cebrap, muito projeto, relatório – tinha pouco tempo para dar tratos à bola, transformar em trabalhos acadêmicos mais elaborados.

Ainda durante a greve, pintou um concurso no IFCS. E a Alice falou: “Você tem que prestar esse concurso. Você não terá competidores, porque a pessoa que possivelmente competiria com você, e que está aqui conosco há dois anos, como pós-doc., disse que não vai prestar”. Naquela época, não tinha tanto doutor na praça. [Risos] Doutor era uma coisa mais rara. Então, falei: “Tá bom, eu vou prestar”. Embora fosse uma coisa que não tivesse nada a ver comigo. Era uma cadeira de métodos histórico-comparados. Sociologia histórico-comparada. Quem idealizou o concurso foi a Elisa Reis. Essa era a área de trabalho dela. Então, eu fui aprender, né?

Passei dois meses na biblioteca do IFCS, lendo as coisas sobre isso. Revoluções comparadas, Barrington Moore e toda essa coisa. Charles Tilly. Foi ótimo, porque eu aprendi muito. Fui surpreendido pela Alice, em um dia em que eu estava lá estudando. Ela falou: “Olha, infelizmente, a pessoa que não ia prestar vai, então você vai ter competidor. Mas não se preocupe, porque isso é assim mesmo, se não der agora, sempre tem outra vaga”. E aí prestamos, e eu fiquei em segundo lugar.

Quem estava na banca era a Maria Regina Soares de Lima. Uma das pessoas externas ao IFCS. A Neuma Aguiar tinha ido para Belo Horizonte. Tinha prestado concurso para a UFMG e tinha saído do IUPERJ, então estavam atrás de um professor de sociologia. A Maria Regina chegou e falou: “Ó, tem essa pessoa que prestou o concurso lá no IFCS, ficou em segundo lugar, mas ele tem tal perfil, o memorial dele é tal coisa. Acho que ele tem o perfil aqui da casa; melhor falar com ele”. O Luiz Werneck Vianna me conhecia, porque eu tinha publicado um artigo na **Novos Estudos**, que ele leu. E eu soube que ele tinha gostado muito dele. Foi o meu primeiro artigo sobre a Força Sindical – sobre o Medeiros, na verdade, e o sindicalismo de resultados. O artigo tinha saído em 1992. E o Werneck falou: “Não! Claro, agora! Fala com ele, vê se dá”.

A coordenadora de área, na época, era a Maria Alice Rezende de Carvalho. O diretor da casa era o Renato Lessa. Então, eu fui convocado pelo Renato Lessa. Ele falou: “Ó, nós temos essa vaga, queremos que você venha para cá. Com dedicação exclusiva, porque estamos transformando todos os contratos aqui em DE. A gente quer que as pessoas fiquem aqui”. Eu falei: “Bem, o sonho de consumo de qualquer um, né?”. Ir para o IUPERJ [risos]. Um centro de excelência, e não tinha graduação. Três horas por semana em sala de aula. Tempo à beça para trabalhar, estudar, fazer pesquisa. E com aquele corpo docente maravilhoso. Um negócio do balacobaco. Eu falei: “Claro. Tô nessa”. Aceitei.

Enquanto estava nos trâmites de contratação, documentos, exame médico, eu recebo uma carta da reitoria da UFRJ, dizendo que eu tinha um mês para tomar posse na vaga para a qual eu tinha prestado concurso. A banca tinha errado. Eles tiraram uma média das cinco notas, mas, na verdade, o que eles deveriam ter feito era o número de maiores notas. E, como eu tinha tido três maiores notas, contra duas maiores notas da outra candidata, quem tinha passado em primeiro lugar era eu. E eu tinha um mês para tomar posse [risos]. Aí... eu fui conversar com as pessoas... eu conhecia a turma do IUPERJ há muito tempo, por frequentar as reuniões da ANPOCS e o Capelinha, um bar ali no Hotel Glória, em Caxambu, onde a gente ficava bebendo até às 4, 5 horas da manhã, tocando violão, cantando. A turma do IUPERJ era muito festeira. Eu conheci as pessoas assim.

Então, fui falar com o Marcus Figueiredo, com quem eu tinha uma relação mais próxima, lá em São Paulo, porque ele estava dando aula na USP, na época. E eu fui falar com ele: “Olha, Marcus, eu estou nessa situação: a UFRJ me chamou, mas eu já estou nos trâmites para assinar o contrato com o IUPERJ. Quero um conselho”. Aí ele falou: “Olha, o Fernando

Henrique está com um projeto de destruição da universidade pública. O projeto do Paulo Renato, que é um projeto do Banco Mundial, é privatizar o ensino público superior no Brasil. Já começou, já está havendo um processo de desfinanciamento, as federais em greve há quatro, cinco meses, não tem aumento de salário há oito anos”. E, na verdade, o salário do IUPERJ, naquela época, era três vezes maior do que o salário da UFRJ. E, “por outro lado, a Cândido Mendes é uma instituição muito sólida. O IUPERJ é o melhor lugar para se trabalhar no Brasil. Eu não pensaria nem uma vez. Nem duas, nem uma vez. Aceitaria. Ficaria no IUPERJ”. E foi assim que eu fiquei no IUPERJ.

Os primeiros projetos meus, no IUPERJ, foram aqueles que eu estava trazendo do Cebrap. Tinha uma análise dos bancos de dados, sobre trajetórias ocupacionais, com base na RAIS, que eu e Nadya tínhamos construído. Comecei a trabalhar muito próximo do pessoal da Datamec, aqui no Rio, que depois virou UNISYS. A Datamec era responsável por rodar os dados da RAIS, e eu comecei a trabalhar muito próximo deles e do Ministério do Trabalho. Fui consultor de lá por uns quatro, cinco anos, para a construção da RAIS Migra, uma base de dados montada a partir da RAIS, que permite a gente acompanhar as pessoas no mercado de trabalho, ao longo da sua vida produtiva formal, e também validar a própria RAIS e o CAGED.

Ajudei a criar o CAGED estatístico, que é o CAGED limpo, digamos, das impurezas, e que ficou mais preciso na produção de estatísticas sobre evolução do mercado de trabalho formal. Montamos uma metodologia para validação da RAIS, que a tornou independente da PNAD. Até ali, o Ministério esperava sair a PNAD de um ano para validar a RAIS do mesmo ano, e ver se ela não estava muito distante do emprego formal existente na PNAD. Eu disse que isso era um absurdo, porque a PNAD não tem absolutamente nada a ver com a RAIS, né? A PNAD é uma pesquisa domiciliar; portanto, de entrevistas com indivíduos. É uma pesquisa do lado da oferta. Do lado dos trabalhadores. A RAIS é uma pesquisa do lado da demanda. Do lado das empresas. São as empresas que dão a informação. Então, você não pode buscar essa outra fonte, que é totalmente distinta... é amostral – enfim, dei várias razões para que isso deixasse de ser assim.

E a RAIS Migra permitiria, esse foi o meu argumento, a gente validar a RAIS olhando para trás. Isto é: a menos que tivesse uma hecatombe no mercado de trabalho, você não deveria esperar grandes mudanças de um ano para outro. O passado te permitiria validar a informação que você estava olhando. O que aconteceu no ano passado e no anterior? Essa empresa estava lá no ano anterior? Dois anos atrás, três anos atrás? Com isso, a gente criou esse mecanismo

interno, algorítmico, muito simples, de automaticamente validar a RAIS, a partir da RAIS Migra. Eu fiquei nisso bastante tempo, porque a consultoria com o Ministério do Trabalho durou até 2011, 2012. Publiquei bastante coisa sobre isso, um livro, vários artigos.

Para vocês terem uma ideia, nessa minha circulação internacional na América Latina, fui convidado pelo pessoal da ALAST da Argentina. Eles estavam trabalhando como consultores do Ministério do Trabalho argentino, na gestão do Carlos Tomada, Ministro do Trabalho na gestão de Néstor Kirchner, para fazer uma base de dados, a partir da versão da RAIS deles, de acompanhamento de trajetórias no mercado formal argentino, que é muito maior do que o nosso. 80% da força de trabalho assalariada na Argentina era formal. Então, era até mais fidedigno, no caso deles, o retrato do mercado de trabalho, a partir dos registros administrativos. Ajudei os caras a montar isso. Infelizmente, quando a gente começou a trabalhar para ter um projeto comparativo, da gente fazer pesquisa comparada Brasil x Argentina, teve aquela crise horrorosa lá... os Kirchner perderam o poder, o pessoal foi mandado embora, então a coisa não teve continuidade. Esses projetos foram todos suspensos.

A minha transição, portanto, do Cebrap para o IUPERJ, foi facilitada pelo tanto que eu trouxe de lá. Em parceria sempre com Nadya, com Alvaro Comin, com a equipe... com o Chico de Oliveira. Isso facilitou muito a minha entrada, e essa enorme produtividade que eu tive, na minha chegada aqui [risos]. Foi realmente... assustador, do ponto de vista até do pessoal do IUPERJ, que era muito produtivo. Eu publiquei a minha tese em 1999, e um livro: **Sindicato, Trabalhadores e a Coqueluche Neoliberal**. Foi uma obra resultante de uma consultoria que eu dei para o Ministério do Trabalho. Quem estava como assessor lá era o Juarez Brandão, que tinha sido meu professor na USP, e me conhecia, e que foi perguntar para o Leôncio Rodrigues quem devia fazer um trabalho de avaliação da estrutura sindical brasileira. O Leôncio falou: “Eu não tenho dúvida, é o Adalberto”. O Juarez se lembrou. Fui [risos], fiz essa consultoria para eles. Que virou **Sindicato, Trabalhadores e a Coqueluche Neoliberal**.

Em 2000, saiu o livro sobre trajetórias na indústria automobilística. Então, foram três livros em dois anos, e uns... sei lá, dez artigos em dois anos. Uma loucura. Tudo, tudo, tudo represado do Cebrap. Porque até a consultoria que eu fiz para o Ministério do Trabalho, o contrato foi feito quando eu ainda estava no Cebrap. Eu terminei o estudo no final de 1997, já aqui no Rio, para publicar o livro em 1999. Nessa transição, foi muito importante, para mim, a acolhida do Wanderley Guilherme dos Santos. Porque foi ele quem abriu as portas, por exemplo, da editora FGV. A editora, na época, era a Alzira Abreu. No dia em que ele me viu

pela primeira vez, ele perguntou: “Adalberto, o que você está fazendo?”. Eu tinha acabado de terminar o **Coqueluche Neoliberal**. E falei: “Isso aqui, ó!”. Pum. Dei na mão dele. Ele leu aquilo do jeito que ele lia: assim, dinamicamente, né? Leu lá em dez minutos, o livro, e falou: “Vamos publicar. Você quer publicar isso na FGV?”. Falei: “Mas é claro”. “Então peraí, vou pegar o telefone”.

Daí pegou o telefone, ligou para a Alzira: “Ó, estou aqui com um livro que você não pode não publicar. Eu vou até fazer a orelha”. Pronto [risos]. Então foi isso, né? E ele fez a orelha, muito simpática, dizendo: “esse é um livro contra a maré”. Porque, na verdade, era uma crítica ao que já era a hegemonia neoliberal, ali no final do primeiro mandato do Fernando Henrique Cardoso. E “contra a maré”, porque é um livro que vai contra todos os argumentos dos economistas de então, sobre a rigidez do mercado de trabalho no Brasil, a rigidez da legislação trabalhista, enfim: todo o debate sobre empregabilidade. Um dos capítulos é uma crítica teórica muito sólida sobre a ideia de “empregabilidade”. Ainda não “empreendedorismo”, que não estava na moda. Então, essa foi a minha chegada no IUPERJ.

Pergunta: Por fim, você poderia falar sobre a internacionalização da sua carreira, que começou através do contato e da parceria com o grupo de pesquisadores alemães? Tanto na Europa quanto na América Latina...

Adalberto Cardoso: Aqui no Rio, logo que eu cheguei, eu criei um grupo de discussão para montar um projeto de pesquisa. A FAPERJ, na época, estava com bastante dinheiro. Não havia dinheiro nos outros lugares de financiamento de pesquisa no Brasil, exceto na FAPESP. E também na FAPERJ. E havia a possibilidade de tentar arrumar um dinheiro para um projeto maior, de tipo temático, que envolvesse mais gente. E aí eu convoquei algumas das pessoas mais ou menos na minha estatura, digamos, mesmo momento de carreira, e alguns doutorandos e doutorandas, para montar um grupo de pesquisa de estudos do trabalho. Ler e debater textos relevantes, para dar uma nivelada em todo mundo, discutir os trabalhos de doutorado das pessoas que estavam no grupo. Eu ainda não tinha orientando no IUPERJ, então eram doutorandos do IFCS e de outros lugares, da UFF e tal. Além de alguns colegas: Marco Aurélio Santana, por exemplo.

Esse grupo foi muito importante, porque a gente conseguiu fazer um grande projeto de pesquisa, que se chamou **Trabalhar no Rio de Janeiro**. Era um projeto multidimensional, que tentava olhar para trajetórias ocupacionais, sindicalismo e ação coletiva, participação política: atitudes em relação à democracia. Então, aplicava-se tanto um *survey* retrospectivo sobre

trajetórias quanto um sobre atitudes em relação à democracia. Sindicalismo, como eu falei: a gente ia estudar sindicatos de telecomunicações, o sindicato de metalúrgicos do Rio de Janeiro. Havia propostas de estudos de caso na nascente indústria automobilística do Sul Fluminense. Foi um projeto imenso. Cento e trinta páginas. Nós submetemos à FAPERJ uma vez, outra vez, e ele nunca foi aprovado. Minto: na segunda vez, ele foi aprovado, mas não foi implantado, porque não tinha recurso. Prioridades da FAPERJ na época.

Mas isso permitiu a consolidação de laços na comunidade de estudos do trabalho no Rio de Janeiro. A gente organizou um grande seminário no IUPERJ sobre isso. Dois dias, com todas as pessoas que estudavam trabalho aqui no Rio. Todas as universidades envolvidas. Tinha gente da PUC, da UFF, do IFCS, eu do IUPERJ, além do Werneck, que também abriu uma das mesas. Foi um evento bastante concorrido... sala cheia, o dia todo. Enfim, foi superbacana. E o primeiro do gênero do IUPERJ voltado estritamente para os estudos do trabalho, para a comunidade dos estudos do trabalho. Não tinha historiadores – esse foi um erro que eu cometi, que só fui resolver muito mais tarde. Incluir os historiadores nessa rede, né? Isso veio bem depois.

Então, aqui no IUPERJ, eu desenvolvi um número bastante grande de pesquisas, financiadas ou não, boa parte delas tendo a ver com os projetos de produtividade em pesquisa do CNPq. Eu entrei no sistema do CNPq em 1997, com, justamente, o projeto de trajetórias. Esse foi o projeto que eu mandei para produtividade. Essa bolsa de produtividade em pesquisa sempre foi o estímulo mais forte para eu renovar os horizontes de investigação. Sempre fazendo projetos novos, ou dando continuidade a projetos já em andamento, e tal.

Consegui financiamento na FAPERJ algumas vezes. O mais importante deles foi um PRONEX, em 2010, por demanda do IUPERJ. Eu estava em Paris; na época, eu tinha mais tempo. Alguém tinha que fazer um projeto. Um dos temas era juventude; eu estava interessado em juventude. Recebi um telefonema da Argelina, que era diretora de pesquisa: “Olha só, nós temos que mandar, estamos precisando de dinheiro aqui no IUPERJ”. Isso em 2009. Montei o projeto em 2010. Foi aprovado. Lá em Paris. A coisa da internacionalização: já entro nisso, porque a trajetória no IUPERJ está muito ligada a isso, né? É... Ainda Nadya, né? [risos]

Quando eu ainda estava no Cebrap, houve um seminário internacional, que a Nadya coordenou, trazendo pesquisadores da França, da Colômbia e da Inglaterra, para tratar de trajetórias. Nós trouxemos Alain Degenne, Marie Odile Lebeaux, de um laboratório de estudos longitudinais, na França. O Olivier Barbary, francês, trabalhava na Colômbia, na época,

também estudando trajetórias. E trouxemos o Peter Elias, um economista inglês do *Institute for Employment Research*, com quem eu teria uma longuíssima relação. Faríamos coisas juntos, publicações e tudo o mais. A Kate Purcell veio na segunda reunião. Nessa primeira, veio a Margaret Birch, também do IER.

Esse seminário foi decisivo, deu um salto imenso nos nossos estudos sobre trajetórias. O primeiro artigo que eu publiquei na *Dados*, sobre trajetórias, eu usei a metodologia que o Alain Degenne apresentou nesse seminário, de criação de classes de trajetórias com análise fatorial de correspondência. Que era uma forma bastante inovadora de análises temporais. Dois anos depois, nós fizemos outro seminário. Aí eu já estava no IUPERJ. O seminário foi em parte aqui no Rio, e em parte no Cebrap. A gente trouxe, dessa vez, além do Peter Elias, e da Kate Purcell e outros lá de Warwick, o Claude Dubar. Um estudioso de socialização, construção de identidades profissionais. Era um pesquisador muito criativo e foi ótima a vinda dele para cá. Sempre via essa rede da Nadya.

O Peter entrou na rede a partir desse convite. A gente não o conhecia; ele recebeu com surpresa o convite, lá na Inglaterra, evidentemente: “Quem são esses brasileiros loucos, que saem do nada?” [risos]. Eu não sabia, nós não sabíamos, mas ele já tinha tido uma relação bastante sólida com o Brasil via IBGE, porque ele tentou, no começo dos anos 1990, convencer o instituto a fazer uma pesquisa longitudinal. Ele deu uma longínqua consultoria para o IBGE, para convencê-lo a mudar o seu código de ocupação e passar a usar a ISCO (*International Standard Code of Occupations*) mais recente. O IBGE ainda usava a ISCO 67, 68, nas suas pesquisas. Ele falou: “Mas tem uma ISCO melhor aí, 88”. Ele foi um dos responsáveis por isso. A gente não sabia disso. Soubemos quando ele chegou e contou essas histórias, né? Ele já tinha vindo ao Rio, conhecia o Brasil e, quando ele foi convidado, achou ótimo: “Opa, vou voltar ao Rio”. Ele adorava o Rio de Janeiro.

Com isso, nós montamos esse seminário financiado pela Fundação Ford com um projeto, uma chamada via ANPOCS. Levantamos esse seminário, e esse projeto também financiou idas nossas para a Inglaterra. Eu fui por um período de 15 dias; Nadya foi por um período de uma semana. A Valéria Pero, que também era do projeto, e, na época, trabalhava no CIET, que era o Centro de Investigação e Estudos do Trabalho ligado ao SENAI... Ela, hoje, é professora de economia na UFRJ, mas, na época, ela participou conosco no esforço de construção da RAIS Migra. Ela e o Luiz Antonio Cruz Caruso foram pioneiros, na verdade. A Nadya foi participar de um congresso não sei onde, e quem estava lá apresentando o trabalho,

a partir dos resultados da RAIS, era o Caruso. E a Nadya chegou no Cebrap: “Opa, olha só! A gente está aqui pensando como fazer essa coisa das trajetórias, tem esse cara lá do SENAI que está fazendo. Temos que entrar em contato”.

Bom, aí entramos nessa rede do SENAI, para construir uma base de dados para demitidos da indústria. Assim nasceu a RAIS Migra. O nosso interesse, inicialmente, era também a indústria, porque... era isso que estávamos estudando no Cebrap. Mas logo ficou claro que não era suficiente, porque o pessoal demitido não voltava mais para a indústria. Ia para o comércio, para os serviços, ou ia para a informalidade. Então, a gente tinha que olhar a economia como um todo, né? Foi assim que saiu a iniciativa de procurar o Ministério do Trabalho, para além do SENAI, para tentar construir uma base de dados mais geral, que pegasse a economia como um todo, e foi isso que aconteceu. Quando a RAIS Migra nasceu com esse nome, já era uma base de todo o mercado formal de trabalho.

Essas idas de curta estadia na Inglaterra, no meu caso, foram sobretudo para levantamento de bibliografia. A gente não tinha portal de periódicos, não tinha acesso às grandes revistas acadêmicas europeias... Então, eu passei esses períodos de curta duração, na Inglaterra, fazendo levantamento bibliográfico, copiando capítulos de livros, copiando artigos de revistas, etc., enchendo a mala [risos]... e comprando livros, evidentemente. Isso foi da primeira vez que eu fui, em 2001, ou 2002. Já não me lembro.

Quando eu fui em 2004, aí já para ficar seis meses, na Universidade de Warwick, as coisas já estavam bastante mais avançadas nessa área da digitalização das revistas. A Inglaterra tinha uma rede pública, para todas as universidades públicas, como é o portal de periódicos da Capes, para acesso às revistas que existiam em linha. Não só as inglesas, mas as revistas em linha no mundo. Ali, eu pude levantar bibliografia sem precisar imprimir, botando em disquete textos franceses, italianos, britânicos, espanhóis, portugueses, norte-americanos, etc., sobre os temas que me interessavam na época. Trajetórias ocupacionais, ação coletiva, sindicalismo, mercado de trabalho, mobilidade ocupacional de modo geral, estrutura social, desigualdade.

Vocês não fazem ideia da quantidade de material que eu levantei; nem tudo eu li. Essa coisa, você monta uma biblioteca: “um dia eu vou precisar disso”. Várias coisas eu não precisei, nunca; mas uma boa parte... não sei nem se a maioria, foi compor a minha cesta de pesquisas a partir daí. Foi um período muito produtivo, também. Eu escrevi muito. Escrevi três artigos enquanto eu estava lá. Eu tinha uma vida monástica. Lia todo dia. Eu morava em um apartamento dentro da universidade. Ia a pé para o escritório, todo santo dia. Almoçava por lá,

ou levava um sanduíche para comer com o Peter Elias. Essa vida monástica me permitiu ler muito, escrever muito, e foi assim... Eu estava num monastério [risos], e foi um período de total reciclagem.

Eu voltaria à Inglaterra não mais para ficar longos tempos, mas continuei indo e vindo, nessa relação com eles, por mais três ou quatro anos. Nesse meio do caminho, encontrei, um pouco casualmente, em termos acadêmicos, com o Edmond Préteceille, que era casado com a Licia Valladares, com quem eu convivia no IUPERJ. Ela era do IUPERJ quando eu cheguei, mas, logo em seguida, passou a ficar mais tempo na França do que no Brasil, até que ela prestou um concurso em Lille e ficou definitivamente por lá.

Nessas idas e vindas, a Licia me convidou para o casamento dela com Edmond. Já tinha o Eurostar, e fui. Foi uma coisa curiosa, porque o Edmond estava atrás de um parceiro no Brasil. E mencionou isso no casamento dele, rapidamente: “Ah, pois é, inclusive, depois a gente conversa sobre isso”. Depois disso, eu me tornei mais assíduo na França. Um pouco pelas relações do pessoal da rede de trabalho, mas também porque o Edmond me propôs escrever um artigo comparando Rio de Janeiro e Paris, na temática das desigualdades urbanas. Em especial a segregação espacial urbana, levando, se possível, em consideração a questão de raça, mas também de classe social. Eu achei o convite assim: “Bom, lá vou eu, né? Abrir uma outra janela. Sociologia urbana. Vamos estudar segregação urbana, desigualdades urbanas? Vambora”. E pronto.

Então, eu trouxe, para o Rio de Janeiro, bastante coisa sobre essa questão. Fui aprender metodologias de análise de segregação. Fui ler estudos urbanos de maneira mais sistemática. Sempre li isso, porque são áreas muito afins, em vários sentidos. Só que a sociologia urbana é mais multidisciplinar. O urbano é tudo, né? É escola, é transporte, é habitação, é pobreza, é desigualdade. É violência. Então, fui trabalhar com o Edmond, e a gente conseguiu... deu uma trabalhadeira louca, a gente tinha que tornar compatíveis a nossa classificação de ocupações com a classificação francesa de ocupações. Para trabalhar com classe social a partir de ocupação, comparando os dois países, a métrica tinha que ser a mesma. Ficamos dois anos nessa transcrição de uma classificação na outra. A gente teve que mexer dos dois lados. Tanto a classificação francesa precisou ser mudada quanto a classificação brasileira precisou ser mudada. E a gente conseguiu essa compatibilização e escreveu um artigo sobre isso. Que saiu em 2008.

A partir daí, a minha cooperação virou-se da Inglaterra para a França. A partir desse artigo, eu pedi uma bolsa do CNPq para passar seis meses em Paris, em um pós-doc. Essa bolsa saiu para o segundo semestre de 2009. Voltei ao Brasil em março de 2010. Pude escrever o projeto sobre juventudes, um PRONEX que resultou em três livros, no final de três anos. O livrão sobre **A Construção da Sociedade de Trabalho no Brasil**, eu terminei em Paris. Levei todo o material de que eu precisava, de pensamento social brasileiro, tudo o que compôs os primeiros capítulos da primeira parte, num CD-ROM. Copiei a Brasileira que tinha no IUPERJ, na época... paguei uma assistente para xerocar, escanear os livros. Levei um mundo velho de coisa para lá e terminei o livro lá. A parte empírica da pesquisa já tinha sido feita aqui, né?

Então, essas saídas são importantes por isso, entendeu? Ali em 2009, nos doze anos de IUPERJ, eu tinha passado oito, nove anos na diretoria. E nunca parei de publicar [risos], de produzir muito, mesmo assim, mas... essa parada, várias coisas ficam represadas. Aí você para seis meses, desova um monte de coisa. E foi isso, aconteceu de novo, como tinha acontecido quando eu vim do Cebrap para cá. Lá, eu terminei **A Construção da Sociedade de Trabalho no Brasil**, cuja origem também remonta a 2003. Eu conto isso na introdução do livro. Tudo o que eu escrevia, eu botava na mão do Wanderley, né? Ele começou a fazer isso também. Em 2002, ele tinha escrito um textinho para aquele Fórum Brasil... O fórum do João Paulo Reis Velloso. Era uma reunião anual, em que ele juntava intelectuais, os mais variados expoentes, etc., para discutir o Brasil. Ele lançava um tema, e sempre saía um livro.

E o Wanderley tinha produzido esse textinho, de dezesseis páginas, que se chamava **Hobbes exausto**. Nele, ele discutia a centralidade, ou não, da desigualdade para o funcionamento da democracia. Olhando o mundo inteiro, ele mostrou que a desigualdade era presente em, praticamente, todas as democracias. Você não tinha grandes desigualdades, como o Brasil, mas você tinha, em alguns casos, desigualdades muito grandes, como nos Estados Unidos, na Espanha, e outros lugares em que a desigualdade era importante, mas isso não colocava em risco o princípio da democracia.

Você tinha países com desigualdade até importante, índice de Gini acima de 40, por exemplo, estáveis democraticamente. Então, ele achava que a questão mais importante não era tanto a desigualdade, mas a relação entre desigualdade e pobreza. Isto é, ao longo da modernização, os países se mantêm desiguais, mas as pessoas vão deixando a condição de pobreza. Deixam de ser escravos da necessidade, alguma coisa assim... Essa sociedade pode se estabilizar, mesmo que os ricos tenham lá os seus navios, os seus iates, e não sei o quê, desde

que os mais pobres tenham o seu carro, possam sair de férias, possam usufruir da liberdade que o capitalismo permite. Nesse sentido de liberdade de acesso a bens de consumo e qualidade de vida. Então... isso seria uma condição para a sustentabilidade da democracia, mais do que a questão propriamente dita da desigualdade.

Estou falando desse texto nesses termos porque nisso está, também, o recheio do que eu mesmo coloquei nele. Isso é o que eu vi nele, está certo? Esse texto teve um grande impacto na minha agenda de pesquisa, porque... nesse mesmo momento, a Celi Scalón estava no IUPERJ, na época, coordenando o programa do *International Social Survey Program* (ISSP) que tinha acabado de fazer uma pesquisa sobre percepção da desigualdade no Brasil. Era uma pesquisa internacional, feita em onze, ou doze, ou dezenove países, já não me lembro, mas muitos países, e o Brasil conseguiu ser incluído nela. Ela me convidou para escrever um capítulo do livro que ela estava organizando a partir desse *survey*.

E eu fui explorar essa ideia do Wanderley. O meu capítulo trata disso, nesses termos que eu falei aqui, só que, enfim, vou mais adiante. Tento levar mais a fundo essa ideia do Wanderley. E isso fermentou, e, a partir desse texto, publicado em 2004, foi o que eu fiz da vida, né? Investigar... me pus a ler sobre essa questão de por que a desigualdade no Brasil é tão persistente, e talvez seja uma das razões de por que a nossa democracia é tão instável.

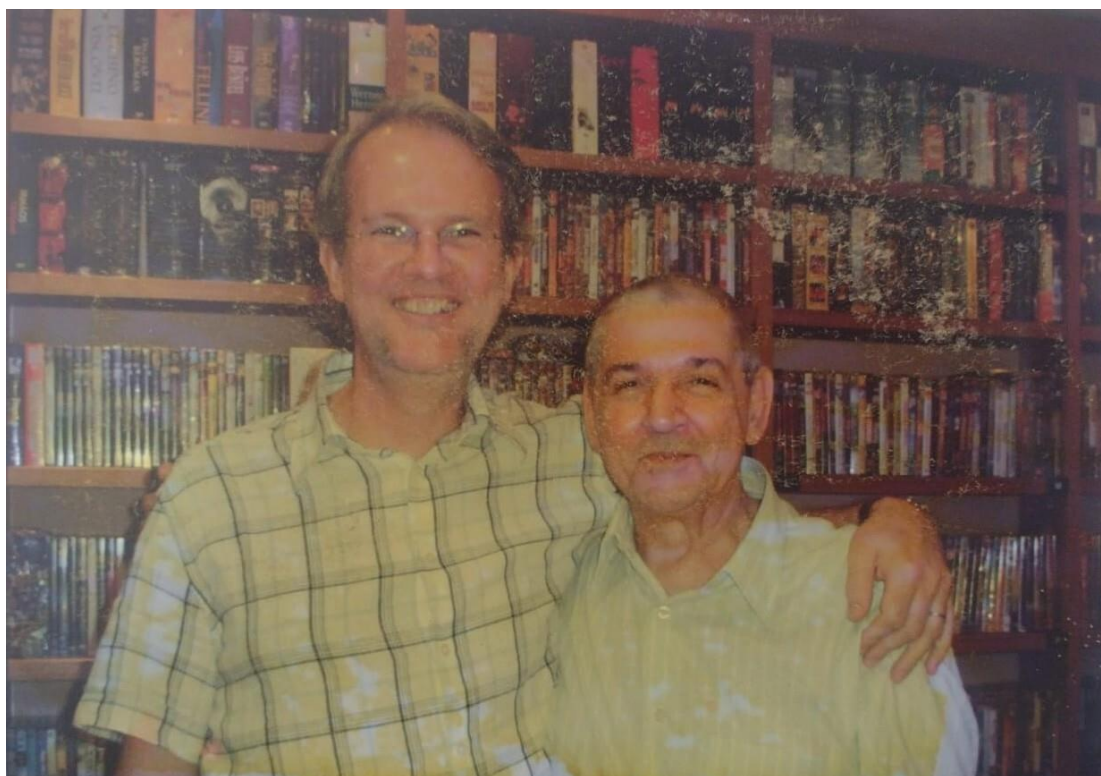


Figure 5 - No IESP, com Wanderley Guilherme dos Santos. Sem data. Acervo de Adalberto Cardoso.

O tema da instabilidade da democracia não entrou no meu livro de 2010. Eu me ative à questão de por que a nossa desigualdade é tão persistente. Fui buscar os mecanismos mais profundos de reprodução das desigualdades. As engrenagens mais profundas. Desde sempre que o Brasil se conhece, ou que se tem estatística sobre a desigualdade de renda no Brasil, ela é sempre muito alta. O nosso processo de modernização foi diferente do processo europeu. A desigualdade se manteve, em muitos casos aumentou muito, sem que a maioria da população deixasse a condição de pobreza. O que impedia, por exemplo, que as pessoas legitimassem não só o regime político, mas a própria ordem social.

Esse livro foi, até então, com certeza o mais importante que eu tinha publicado. O argumento permaneceu no meu horizonte por muito tempo, ainda. A minha intenção era escrever um segundo volume. Não consegui. Eu consegui escrever um capítulo para um livro, que resumia o que seria o segundo volume. Esse capítulo eu introduzi na segunda edição do livro, né? Que virou o capítulo 5. Mas, felizmente, como eu falo até na introdução da segunda edição, vieram as teses do Alexander Englander e do Tomás Garcia Coelho. Ainda que com perspectivas distintas, obviamente... a do Tomás, menos. A do Alexander, mais claramente distinta. Mas que, do meu ponto de vista, cumpriram essa função de tapar os buracos que ficaram ali. Além desse capítulo que eu escrevi. Então, a coisa do IUPERJ é um pouco isso. Eu continuei indo e vindo, né? Passei outro ano, dessa vez, um ano inteiro, na França. Em 2018-2019. Um pouquinho antes da pandemia. Foi outro período altamente produtivo. Lá eu fiz... de novo, na França, a segunda edição d'**A Construção da Sociedade de Trabalho no Brasil**, escrevi o livro sobre bolsonarismo, e publiquei dois romances. Que [risos] que já estavam prontos há muito tempo, mas eu publiquei na Amazon. Então, foi um ano superprodutivo de novo. Essas saídas são importantes.

Pergunta: Uma última pergunta, para amarrar esse conjunto. A gente conversou muito sobre, primeiro, você estar aberto. Você já entrou na graduação aberto. E, segundo, sobre os contrastes. Sobre como era o preparo na pós-graduação, e para pesquisa, quando você estava nessa fase, e depois as atualizações, principalmente com a internet. E você viveu esse período da sua internacionalização exatamente com essa mudança da tecnologia. Como foi, para você, ter essas oportunidades? Era uma coisa que você imaginava que ia acontecer na sua carreira, ou você foi percebendo que também fazia parte de uma ampliação da sua visão de pesquisa?

Adalberto Cardoso: No Cebrap, eu trabalhei alguns anos com o Guillermo O'Donnell. E o O'Donnell foi importante, também, nessa coisa de abrir portas. Ele tinha lá o grupo de estudos políticos, e apareceu a oportunidade de eu ir fazer o curso de metodologia quantitativa em

Michigan. O Vilmar Faria, que, na época, trabalhava com o O'Donnell no grupo de estudos políticos, além de ter, ele mesmo, o seu núcleo de pesquisa sobre desigualdade e pobreza no Brasil, conseguiu uma bolsa da *Fulbright*, para eu fazer esse curso. E eu apliquei, via os trâmites do próprio programa, para ter uma bolsa deles. Porque eles estavam abrindo, naquele ano, especificamente, em 1992, um programa de Métodos quantitativos para a América Latina. E estavam dando dez ou quinze bolsas para latino-americanos fazerem esse curso, passarem dois meses em Michigan. Eu consegui dinheiro da *Fulbright* e ganhei a bolsa deles, né?

Então, eu cheguei em Ann Arbor, que é uma cidadezinha desse tamanho assim, com cinco mil dólares no bolso. O salário do O'Donnell não era cinco mil dólares, para vocês terem uma ideia. E ele era pesquisador top, sênior, de carreira. Era muito dinheiro, naquela época. Quarenta anos atrás. Muito dinheiro! [risos] Fiquei dois meses lá, com esse dinheiro. Fiquei morando em uma república, onde tinha mais um brasileiro, um croata e uma norte-americana. Um pessoal da área de Geologia. Então, imagina: pagando 400 dólares de aluguel. Eu pude viajar. Fui a Chicago. Fui a Detroit. Sempre com os colegas de curso, né?

Me lembro do O'Donnell falando: “Quando a gente pega o primeiro avião, não para mais. Então, você se prepara”. E, de fato, essas coisas servem para você fazer rede, você abrir o seu espaço. Eu conheci um monte de gente. Um mundo velho de latino-americanos. Com alguns, tenho relação até hoje. E gente não latino-americana, mas que eram norte-americanos latino-americanistas. Gente com quem mantive relações longas, por muito tempo. Então, essa foi a primeira experiência, de fato, internacional, certo?

Ali, foi a primeira vez que eu entrei em uma grande biblioteca, na minha vida. A biblioteca da Universidade de Michigan. Um prédio de oito andares, mais três andares para baixo. Era assim: você entrava, você fazia a pesquisa, já no computador, e você ia lá na estante, pegar o livro. E aquela coisa labiríntica... eu levei alguns dias para me achar. Mas a hora em que você se acha, é um negócio... foi uma experiência incrível. Você chega, você quer um livro tal. Como os livros estão organizados por assuntos próximos, você chega naquela estante do livro tal... aqui, na biblioteca do IESP, você tem dez, quinze, vinte livros relacionados. Lá, você tinha mil. Mil e quinhentos. Né? [risos] Aquele assunto ocupava quatro, cinco, seis estantes. O tamanho da sua ignorância fica muito evidente. [risos] E a absurdidade que é a produção acadêmica, né? Em qualquer tema que vocês puderem imaginar. Isso ficou evidente para mim ali. Hoje em dia, todo mundo tem essa experiência. Você faz uma pesquisa na internet, essa coisa cai na sua cabeça. Antes, você tinha que ir em uma biblioteca para isso. E é uma experiência fascinante, e muito

distinta de fazer uma pesquisa na internet. A pesquisa na internet raramente te permite um encontro acidental com um texto. A possibilidade disso é em uma biblioteca ou boa livraria. Onde as coisas também estão, às vezes, organizadas por assunto ou por disciplina. Na internet, você não tem isso.

Pergunta: Em que ano foi essa ida a Michigan?

Adalberto Cardoso: 1992. Passei dois meses lá. Com o dinheiro que sobrou, comprei uma passagem, fui para Amsterdã. Minha irmã estava morando lá. Passei um mês em Amsterdã, com ela. Olha só [risos]. Levei duas malas grandes e uma mala pequena. As duas malas grandes ficaram na casa de um amigo da minha irmã, em Nova Iorque. E eu fui com a mala pequena para Amsterdã. Quando eu voltei, não queriam me deixar entrar de volta nos Estados Unidos. Fui barrado na imigração. “O que você está fazendo aqui?”. “As minhas malas estão na casa de fulano de tal”. Eles queriam que mostrasse a passagem de volta. “Cadê a sua passagem?”. “A passagem está dentro da mala. O senhor pode ligar lá, ele abre a mala. Disse para o senhor que a passagem está lá”. Foi uma novela. Fiquei umas três horas no chiqueirinho em que eles deixam a gente lá.

Porque eu volto de Amsterdã barbudo, né, com um violão. Então, eu era um jovem imigrante ilegal, evidentemente. Que tinha lá trinta e um anos de idade. Mas o cara falou: “Não, tá bom. Você originalmente era um J-1”, J-1 é um visto de estudante, “então vou deixar você entrar. Mas o senhor me garante que vai sair”. “Não, não. Eu só voltei para cá porque vai ter uma exposição do Matisse no MoMa, que eu vou ver, e eu já estou com os ingressos comprados”. E, por sorte, os ingressos estavam no meu casaco. Porque eu comprei antecipadamente os ingressos. Aí pude entrar. Senão, imaginem, eu teria sido deportado dali para o Brasil, sem ver o Matisse! Foi a primeira grande retrospectiva do Matisse no MoMa, depois de décadas! Foi uma experiência...

Pergunta: Mas viu...

Adalberto Cardoso: Vi! Opa! Eu dei uma de desentendido para cima dos caras. Tinha hora para entrar. Você só podia ficar duas horas, e passei o dia inteiro na exposição. Nem comi. Entrei às 10 horas, saí de lá às 8 horas da noite, quando fechava [risos].

Recebido em: 31/3/2025

Aceito em: 17/5/2026